

Sumário

Introdução	ix
1 Princípios de Normalização e de Integração na Educação dos Excepcionais	1
<i>Olivia Pereira</i>	
2 Enfoque Sistêmico da Educação Especial	15
<i>Rosita Edler</i>	
3 Modelo Educacional: Uma Opção	23
<i>Therezinha Machado</i>	
4 Equipe Interdisciplinar: Processo de Organização e Interação	29
<i>Paulo Cesar Muniz</i>	
5 Diagnóstico da Excepcionalidade: Abordagem Pluridimensional	35
<i>Maria Helena Novaes</i>	
6 Propostas Curriculares no Ensino Especial	47
<i>Yvonne Atalécio de Araújo</i>	
7 Supervisão em Educação Especial	59
<i>Ana de Lourdes Castro</i>	
8 Novas Perspectivas da Profissionalização do Excepcional	67
<i>Olivia Pereira</i>	

9	Produtividade em Educação Especial	77
	<i>Yvonne Atalécio de Araújo</i>	
10	Pesquisa Educacional : Limites na Área dos Excepcionais	81
	<i>Maria Helena Novaes</i>	

Introdução

A Educação Especial assume, no momento, papel de fundamental importância, tendo em vista as crescentes exigências de uma sociedade brasileira em expansão e os desequilíbrios do atendimento educacional aos excepcionais, apesar do expressivo interesse que desperta e dos esforços realizados por instituições públicas e particulares.

Justifica-se, pois, a divulgação de tendências e enfoques que possam propiciar uma mais ampla compreensão do excepcional, configurando-o em novas perspectivas e aberturas de ação psico-sócio-educacional, buscando para as suas dificuldades soluções mais adequadas e realistas.

O presente livro objetiva provocar reflexão mais aprofundada sobre a problemática do excepcional, estimular a busca de outras alternativas de atendimento, além de suscitar indagações sobre as já existentes.

A premissa dessa renovação relaciona-se aos novos modelos de integração, metodologias e estratégias de atendimento e procedimentos de identificação, despertando a comunidade para a aceitação dos princípios de normalização, indispensáveis à integração efetiva do excepcional na sociedade e na força de trabalho.

Aspectos filosóficos e científicos, sistêmicos e institucionais do atendimento aos excepcionais, destacando os processos de avaliação, do ensino-aprendizagem, da supervisão, da profissionalização, da produtividade e da pesquisa educacional são apresentados nesta publicação.

Os temas, aparentemente variados, têm unidade entre si e são interdependentes, uma vez que todos perseguem os mesmos objetivos, e são comuns a quantos militam nessa área da Educação.

Não houve preocupação em analisar características específicas dessa ou daquela categoria de excepcionalidade, mas sim do "excepcional" em geral, numa visão inter e multidisciplinar de tal abrangência que facilitasse a compreensão dos problemas comuns a todos os excepcionais.

O atendimento especial ao excepcional já foi devidamente enfatizado nos Princípios da Declaração Universal dos Direitos da Criança, em especial, no de n.º 5, que explicita: "à criança incapacitada física, mental ou socialmente serão proporcionados o tratamento, a educação e os cuidados especiais exigidos pela sua condição peculiar"; na nossa legisla-

ção o Art. 9.º da Lei 5.692/71, que fixa Diretrizes Básicas para o Ensino de 1.º e 2.º graus, determina: "os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação".

Na atual conjuntura do sistema educacional brasileiro, já há evidências de que, tanto instituições públicas, particulares e órgãos diretamente envolvidos com a Educação Especial, como o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP/MEC), vêm procurando desenvolver programas e ações para atender às necessidades das diversas categorias de excepcionalidade, nos seus vários níveis de escolaridade e contextos sócio-econômicos.

Portanto, espera-se, de alguma forma, ampliar a discussão da temática e trazer subsídios para todos os que trabalham ou venham a interessar-se por essa área da Educação, sobretudo nesta ocasião em que se programa o Ano Internacional das Pessoas Deficientes para 1981, proposto pela ONU, e que será o ano-marco para futuras realizações nessa década, com vistas a proporcionar assistência adequada, promover medidas de prevenção, oferecer oportunidades de trabalho, facilidades de locomoção e de acesso, a fim de propiciar sua mais efetiva participação na vida econômica, política e social do país.

OS AUTORES

Rio de Janeiro, 1980